3 Reformas Previdenciárias

O tema ‘reforma da previdência’ não é importante somente no Brasil. Vários países já implantaram mudanças em seus sistemas ou pretendem fazê-lo. Esta se faz necessária devido às mudanças no perfil demográfico e no mercado de trabalho, fazendo com que vários países repensem seus sistemas previdenciários. No Brasil a situação não é diferente, a expectativa de vida vem aumentando e a taxa de fecundidade vem caindo provocando o aumento do número relativo de idosos. Isso, combinado com a alta taxa de informalidade no mercado de trabalho, reduz a parcela da população em idade ativa.

Além dessas mudanças, o sistema previdenciário brasileiro ainda enfrenta um outro problema: a baixa contribuição previdenciária. De acordo com dados da PNAD de 2001, 40,7 milhões de pessoas não contribuíam para a Previdência Social naquele ano. Prevê-se que em 2025, dada à tendência de envelhecimento da população, mais da metade desses indivíduos que não são cobertos pelo sistema previdenciário terá mais de sessenta anos, o que aumentará consideravelmente os gastos com benefícios assistenciais já que esse contingente será adotado pela Previdência Social mesmo sem ter contribuído.

O Brasil, apesar da população com mais de sessenta e cinco anos representar menos de 15% da população total, gasta mais de 10% do PIB em previdência como já visto no capítulo 1. Isso corresponde ao gasto de países que possuem mais de 20% da população com mais de sessenta e cinco anos. Essa realidade brasileira contrasta com a realidade de países como Canadá e Estados Unidos, que possuem mais de 15% da população idosa, mas seus gastos previdenciários representam menos de 10% do PIB. Países que possuem uma estrutura etária jovem como a do Brasil, como México, Turquia e Coréia do Sul gastam menos de 10% do PIB em previdência.

Há alguns anos o Banco Mundial vem estudando a previdência no mundo e é enfático em afirmar que países desenvolvidos e em desenvolvimento necessitam de reformas em seus sistemas, como pode ser visto em Holzmann e

Hinz [13]. Nesse capítulo serão descritas as reformas feitas em outros países da América Latina e no Brasil. Tal descrição será útil para que se possam perceber as diferenças nas reformas feitas em outros países latino-americanos e no Brasil.

3.1. Reformas na América Latina

Pode-se dizer que em relação às reformas, o Brasil, comparado com outros países da América Latina, é o único que optou por fazer mudanças paramétricas no sistema ao invés de implantar uma reforma estrutural. De forma geral, todos os países latino-americanos introduziram um sistema privado de previdência. Alguns substituíram o sistema público por um sistema completamente privatizado, enquanto outros países agregaram um sistema privatizado ao sistema público. Chile, Bolívia, El Salvador e México fecharam seus antigos sistemas públicos e implantaram sistemas obrigatórios de contas individuais. Em todos os países, alguma forma de compensação era dada aos antigos trabalhadores que optavam (ou eram obrigados a) mudar para o novo sistema. A Argentina tem um sistema misto com três pilares. Colômbia e Peru dão ao segurado a oportunidade de escolha entre o sistema público e o sistema privado. Uruguai criou um sistema misto com dois pilares. Costa Rica não mudou seu sistema público e introduziu um sistema voluntário de contas individuais. Os segurados que já estavam em fase de recebimento de benefícios permaneceram sob responsabilidade do governo.

De acordo com Ferrani, Leipziger e Srinivas [9], o objetivo dessas reformas era diminuir os custos fiscais, diminuir a pobreza nas idades mais avançadas e fortalecer o mercado financeiro. Mas, essas reformas vêm recebendo várias críticas relacionadas a quatro pontos principais: cobertura, desempenho dos fundos, governança e custos fiscais.

De acordo com os mesmos autores, os novos sistemas possuem baixa cobertura: são acessíveis, em sua maioria, somente aos trabalhadores do setor formal e somente uma parte desses trabalhadores contribui. Em sistemas onde os benefícios dependem fortemente das contribuições, um baixo nível de contribuições significa que somente uma parte da população economicamente ativa, aquela que contribui regularmente, irá receber um benefício adequado ao se aposentar.

Em relação ao desempenho dos fundos, o maior problema é a desconfiança de que esses fundos não conseguirão obter retornos financeiros suficientes. Segundo Ferrani, Leipziger e Srinivas [9], essa desconfiança vem do fato de que os fundos ainda não investem em carteiras bem diversificadas, principalmente por causa da legislação que não permite tal diversificação. Além disso, os contribuintes têm pouco poder na decisão de como os seus aportes serão investidos e gerenciados. E, por último, os custos administrativos ainda são muito altos.

Os críticos dizem que a governança dos novos sistemas é muito fraca e que o alto investimento dos fundos de pensão em títulos do governo é somente mais uma fonte de financiamento das dívidas do governo. Privatizar o sistema público de aposentadoria não diminui a importância de uma boa administração pública.

Outro problema é o custo fiscal. Após a reforma, os governos incentivavam a transferência dos trabalhadores para os novos sistemas através de prêmios de reconhecimento pelo período de permanência no sistema antigo. Ao mesmo tempo, o governo ainda tinha que arcar com os benefícios pagos sob o antigo sistema de repartição simples sem ter acesso aos fluxos de caixa das contribuições dos novos trabalhadores. Os benefícios pagos aos participantes do antigo sistema estão sendo financiados por impostos e pelos investimentos dos fundos de pensão em títulos do governo. Os novos sistemas também contribuem para o aumento do custo fiscal, já que em alguns países, os governos garantem uma pensão mínima, tendo que honrar esses compromissos futuramente.

Aqui, as principais características das reformas implantadas nesses países serão apresentadas de forma resumida no Quadro 1. Uma descrição mais detalhada pode ser encontrada no anexo I.

Característica	Chile	Peru	Colômbia	Argentina	Costa Rica	Uruguai	México	Bolívia	El Salvador
Ano da reforma	1981	1993	1993	1994	1995	1996	1997	1997	1998
Sistema de repartição simples	Fechado	Mantido	Mantido	Mantido	Mantido	Mantido	Fechado	Fechado	Fechado
Participação de novos trabalhadores	Obrigatória	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Obrigatória	Voluntária	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
Participação de autônomos	Voluntária	Voluntária	Voluntária	Obrigatória	Voluntária	Obrigatória	Voluntária	Voluntária	Voluntária
Sistemas separados para servidores civis	Não	Não	Sim	Não	-	Não	Sim	Não	Não
Fundos administradores	AFP	AFP	AFP	AFJP	OPC	AFAP	AFORE	AFP	AFP
Contribuição à conta individual (%)	10	13	13,375	27	até 10%	15	6,275	10	9,5
Taxas e prêmio de seguros (% do salário)	2,62	3,74	*	3,41	**	2,64	4,29	2,5	3,18
Pensão mínima	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Idade de aposentadoria - homem/mulher	65/60	65/65	62/60	65/60	-	60/60	65/60	65/65	60/55

Quadro 1 – Principais características dos sistemas previdenciários de países da América Latina

* As duas taxas somam 3,5%, que é deduzida da contribuição do empregado e do empregador;

** A lei permite as taxas administrativas sejam de até 10%.

3.2.

Reformas no Brasil

Ao contrário de outros países da América Latina, como Chile, Argentina e Uruguai, que substituíram seus sistemas públicos de Previdência Social por sistemas parcial ou completamente privatizados, o Brasil optou por fortalecer seu sistema de repartição simples e incentivar o crescimento da previdência complementar privada. A principal reforma foi feita na Previdência Social em 1998, cujo eixo foi a Emenda Constitucional nº. 20. Além disso, um conjunto de medidas provisórias editadas e partir de 1997 foram transformadas em leis. Depois, em 1999, vários projetos de lei que alteravam planos de custeio, benefícios e organização da Previdência Social foram enviados ao Congresso Nacional. A reforma de 1998 será explicada com mais detalhes a seguir.

Segundo Brasil [4], uma das regras que causava grande distorção do sistema previdenciário brasileiro era a extinta Aposentadoria por Tempo de Serviço (ATS). A única exigência para o acesso à ATS era que as mulheres tivessem alcançado 25 anos de serviço e os homens, 30 anos de serviço. Quem se aposentava por tempo de serviço eram os trabalhadores que possuíam melhores cargos e salários. Esses trabalhadores se aposentavam cedo, com idades médias, em 1997, de 47,8 e 49,2 para mulheres e homens, respectivamente, e recebiam altos benefícios por muito tempo, 29,3 e 24,8 anos para mulheres e homens,

respectivamente. Observe que tais aposentadorias não requeriam um tempo de contribuição equivalente.

Do outro lado se encontravam os trabalhadores que se aposentavam por idade. Esses trabalhadores tinham menor poder aquisitivo, piores cargos e, além disso, enfrentavam alta rotatividade nos cargos e tinham dificuldade para comprovar tempo de serviço. A idade média de aposentadoria desses trabalhadores era 61 e 65,6 anos para mulheres e homens, respectivamente em 1997. Eles recebiam menores benefícios e por menos tempo, 19 e 13,9 anos para mulheres e homens, respectivamente. Essa situação de solidariedade invertida juntamente com outros desequilíbrios refletiu em déficit financeiro a partir de 1995.

A reforma da Previdência de 1998 trouxe mudanças importantes, como a eliminação gradual da aposentadoria proporcional, mudança na regra de cálculo do benefício, com a introdução do fator previdenciário e novas exigências para concessão de aposentadorias especiais, a transformação da aposentadoria por tempo de serviço em aposentadoria por tempo de contribuição, entre outras.

A mudança mais importante talvez tenha sido a desconstitucionalização da fórmula do cálculo do benefício de aposentadoria. Anteriormente, o benefício era calculado com base nos últimos 36 salários de contribuição. Isso incentivava a subdeclaração, já que o valor da aposentadoria não dependia dos salários anteriores aos últimos três anos de trabalho.

Depois da reforma, o benefício passou a ser calculado com base nos 80% maiores salários de contribuição entre julho de 1994 e o momento da aposentadoria, corrigidos monetariamente. Além disso, passou a ser aplicado um fator previdenciário às aposentadorias por tempo de contribuição, obrigatoriamente, e às aposentadorias por idade, opcionalmente. A criação do fator previdenciário tinha o objetivo de postergar a aposentadoria, já que o valor do benefício aumenta a cada ano a mais trabalhado. Segundo Delgado [8], essa modificação fez com que a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição passasse de 54,3 e 49,7 para 56,9 e 52,2, homens e mulheres, respectivamente.

Algumas medidas foram tomadas visando aumentar a população coberta pelo INSS. Destacam-se o Programa de Estabilidade Social e Lei nº. 9.876/99. O PES tem o objetivo de estender a cobertura previdenciária a todos os

trabalhadores brasileiros, enquanto a Lei nº. 9.876/99 criou regras que estimulavam a filiação ao sistema previdenciário. Além disso, foi criado o PREVprêmio, que é um programa que premia contribuintes, por meio de sorteio, que se mantenham em dia com suas contribuições. Com todas essas medidas, segundo Brasil [4], o déficit da Previdência Social deve se estabilizar, nos próximos vinte anos, em torno de 1,5% do PIB, caso contrário, o déficit poderia chegar a 3,5% do PIB.

Ainda de acordo com Brasil [4], a Previdência Social deveria sofrer vários ajustes, dentre eles: estímulo para postergação das aposentadorias por tempo de contribuição, que aumentaria a idade média de concessão de tal benefício que hoje é extremamente baixa; separação das fontes de custeio para separar os benefícios assistenciais dos benefícios previdenciários; mudança do limite da idade para a aposentadoria dos trabalhadores rurais, já que não há argumento para um limite de idade inferior aos limites de idades da população urbana; revisão das aposentadorias especiais dos professores, pois não há justificativa para a redução de cinco anos no tempo de contribuição dos professores, já que a atividade não é mais exaustiva que as demais profissões e, finalmente, mudança do limite mínimo de idade para a aposentadoria das mulheres, pois se as mulheres vivem mais que os homens, não há motivo para uma redução de cinco anos no tempo de contribuição das mulheres.

3.2.1. Fator Previdenciário

Uma das principais inovações trazidas pela Lei 9.876 de novembro de 1998 foi a alteração na fórmula do cálculo do benefício de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição. A nova fórmula implica na multiplicação de dois fatores. O primeiro fator corresponde à média dos 80% maiores salários de contribuição desde julho de 1994 e o segundo fator é o chamado “fator previdenciário”, que relaciona a expectativa de sobrevida, a idade e o tempo de contribuição do segurado. A fórmula do fator é a seguinte:

$$f = \frac{tc \times a}{Es} \left[1 + \left(\frac{Id + tc \times a}{100} \right) \right],$$

em que tc é o tempo de contribuição até o instante da aposentadoria, Es é a expectativa de sobrevida do segurado no instante da aposentadoria, Id é a idade do segurado no instante da aposentadoria e a é a alíquota de contribuição, que hoje corresponde a 0,31.

O fator previdenciário foi introduzido de forma gradativa, sendo utilizada a seguinte fórmula de transição:

$$fn = \left(f \times \frac{n}{60} \right) + \left(\frac{60-n}{60} \right),$$

em que $n \in [0,60]$ representa o mês do período de transição de cinco anos. Somente após este período, ou seja, a partir de 2004, o fator passou a ser aplicado por inteiro.

A aplicação do fator previdenciário é obrigatória para as aposentadorias por tempo de contribuição, que podem ser integrais ou proporcionais. No caso de aposentadoria integral, homens devem ter contribuído por 35 anos e as mulheres, 30 anos. Para aposentadorias proporcionais, homens devem ter, no mínimo, 53 anos de idade e 30 anos de contribuição, e as mulheres 48 e 25 anos, respectivamente.

Abaixo se encontram as tabelas com os valores do fator previdenciário para homens e mulheres, baseados na tábua de mortalidade de 2003 do IBGE. Na tabela referente às mulheres, os cinco anos de bônus já são considerados.

Tabela 6 – Fator Previdenciário – Homens

Tempo de Contribuição	Idade de Aposentadoria - Homens												
	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65
30	0,58	0,61	0,63	0,65	0,68	0,71	0,73	0,76	0,80	0,83	0,86	0,90	0,94
31	0,60	0,63	0,65	0,68	0,70	0,73	0,76	0,79	0,82	0,86	0,89	0,93	0,97
32	0,63	0,65	0,67	0,70	0,73	0,76	0,79	0,82	0,85	0,89	0,92	0,96	1,01
33	0,65	0,67	0,70	0,72	0,75	0,78	0,81	0,84	0,88	0,92	0,96	1,00	1,04
34	0,67	0,69	0,72	0,75	0,77	0,81	0,84	0,87	0,91	0,95	0,99	1,03	1,07
35	0,69	0,71	0,74	0,77	0,80	0,83	0,86	0,90	0,94	0,98	1,02	1,06	1,11
36	0,71	0,74	0,76	0,79	0,82	0,86	0,89	0,93	0,96	1,00	1,05	1,09	1,14
37	0,73	0,76	0,79	0,82	0,85	0,88	0,92	0,95	0,99	1,03	1,08	1,13	1,18
38	0,75	0,78	0,81	0,84	0,87	0,91	0,94	0,98	1,02	1,06	1,11	1,16	1,21
39	0,77	0,80	0,83	0,86	0,90	0,93	0,97	1,01	1,05	1,09	1,14	1,19	1,24
40	0,79	0,82	0,85	0,89	0,92	0,96	1,00	1,04	1,08	1,12	1,17	1,22	1,28

Fonte: DELGADO [8]

Tabela 7 – Fator Previdenciário - Mulheres

Tempo de Contribuição	Idade de Aposentadoria - Mulheres												
	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
25 + 5	0,49	0,51	0,53	0,54	0,56	0,58	0,61	0,63	0,65	0,68	0,71	0,73	0,76
26 + 5	0,51	0,53	0,54	0,56	0,58	0,60	0,63	0,65	0,68	0,70	0,73	0,76	0,79
27 + 5	0,53	0,54	0,56	0,58	0,60	0,63	0,65	0,67	0,70	0,73	0,76	0,79	0,82
28 + 5	0,54	0,56	0,58	0,60	0,62	0,65	0,67	0,70	0,72	0,75	0,78	0,81	0,84
29 + 5	0,56	0,58	0,60	0,62	0,64	0,67	0,69	0,72	0,75	0,77	0,81	0,84	0,87
30 + 5	0,58	0,60	0,62	0,64	0,66	0,69	0,71	0,74	0,77	0,80	0,83	0,86	0,90
31 + 5	0,60	0,62	0,64	0,66	0,68	0,71	0,74	0,76	0,79	0,82	0,86	0,89	0,93
32 + 5	0,61	0,63	0,66	0,68	0,70	0,73	0,76	0,79	0,82	0,85	0,88	0,92	0,95
33 + 5	0,63	0,65	0,68	0,70	0,72	0,75	0,78	0,81	0,84	0,87	0,91	0,94	0,98
34 + 5	0,65	0,67	0,69	0,72	0,75	0,77	0,80	0,83	0,86	0,90	0,93	0,97	1,01
35 + 5	0,67	0,69	0,71	0,74	0,77	0,79	0,82	0,85	0,89	0,92	0,96	1,00	1,04

Fonte: DELGADO [8]

Vê-se que ao postergar a aposentadoria, há ganhos no valor do benefício. Por exemplo, se um homem se aposenta aos 56 de idade e com 33 anos de contribuição, o fator previdenciário é igual a 0,72. Já se esse mesmo espera mais um ano para se aposentar, o fator passa a valer 0,77. Entretanto, não se pode afirmar que tal ganho seja significativo.

Ainda analisando as tabelas, pode-se ver que o fator previdenciário passa a ser maior que um quando um homem atinge 60 anos de idade e 39 anos de contribuição. Mas como homens têm direito à aposentadoria integral quando comprovam 35 anos de contribuição, eles devem trabalhar por mais quatro anos para não sofrerem perdas no valor da aposentadoria. A situação das mulheres é similar. O fator previdenciário só se iguala a um quando a mulher atinge 59 anos de idade e 35 anos de contribuição. Como as mulheres podem requerer aposentadoria integral aos 30 anos de contribuição, elas devem trabalhar por mais cinco anos para não terem o valor de seu benefício diminuído.

De acordo com a análise feita em Delgado [8], a idade média de concessão das aposentadorias por tempo de contribuição sofreu aumentos significativos. Antes da implementação do fator, a idade média dos homens que entravam em aposentadoria era 54,3 anos e a idade média das mulheres era 49,7. Depois do fator, entre 2000 e 2004, as idades médias subiram para 56,9 anos e 52,2 anos, para homens e mulheres, respectivamente. Percentualmente, esses aumentos equivalem a 4,7% e 5,1%.

Assim como a idade média, o tempo de contribuição também aumentou. No caso dos homens, o tempo de contribuição passou de 32,7 anos para 33,8 anos, o que equivale a um aumento de 3,3%. No caso das mulheres, o aumento percentual foi de 4,2%, passando de 27,5 anos para 28,7 anos.

As mulheres têm um bônus de cinco anos no cálculo do valor do benefício, mas esse bônus não é incorporado ao fator previdenciário, resultando em um fator menor e, conseqüentemente, um benefício menor. O menor fator para as mulheres ainda é influenciado pela maior expectativa de sobrevida em relação aos homens.

O fator previdenciário também teve efeito sobre as finanças públicas. Tal efeito foi a diminuição dos gastos com aposentadorias por tempo de contribuição (ATC). Essa diminuição foi causada pela redução do valor dos benefícios e pela queda no ritmo das concessões de ATC. A economia no período 1999-2004 foi estimada em 11,1% do valor gasto com benefícios concedidos a partir de dezembro de 1999. O número de ATC concedidas anualmente até 1998 era maior que 300 mil. Em 2004, esse número caiu para 148,2 mil.

Um ponto que causa incerteza é o fato de que a tábua de mortalidade utilizada para o cálculo do fator previdenciário é atualizada anualmente. Com isso, não se tem certeza do benefício a ser recebido.

3.2.2.

Possíveis motivos de distorções na concessão de benefícios na Previdência Social

Nas seções anteriores já foram citados as questões que ainda causam distorções na Previdência Social e que diferem o sistema previdenciário brasileiro de sistemas de outros países. De todas essas questões, de acordo com Pinheiro [19], existem cinco itens que merecem destaque: a ausência de idade mínima no regime geral, a aposentadoria precoce das mulheres, a aposentadoria precoce dos professores, a vinculação entre o piso previdenciário e o salário mínimo e os programas assistenciais com despesas crescentes. Cada um será explicado com mais detalhes a seguir.

3.2.2.1.

Ausência de idade mínima para aposentadoria

Mesmo com a introdução do fator previdenciário, os indivíduos continuam se aposentando com idades relativamente baixas se comparadas com outros países. Aqui no Brasil, um segurado pode se aposentar sem perdas no benefício, ou seja, com fator previdenciário igual a um, aos 59 anos, se homem, e aos 57 anos, se mulher, considerando que o indivíduo começou a trabalhar aos 18 anos.

De fato, a concessão de ATC caiu entre 1998 e 2003, mas essa queda foi maior nos casos mais aberrantes. Em 1997, de acordo com Giambiagi et al.[11], do total de indivíduos que se aposentaram por tempo de contribuição no meio urbano, 25% o fizeram antes dos 45 anos, 58% antes dos 50 anos e 82% antes dos 55 anos. Em 2003, esses valores caíram para 4%, 24% e 61%.

Mesmo que as atuais regras não aumentem os gastos da Previdência Social, elas podem forçar a destinação de recursos da despesa pública para a cobertura de gastos com aposentadorias precoces facilitadas por regras benevolentes. Isso impede que o governo aloque recursos em áreas de grande importância, como investimentos.

Em outros países, a aposentadoria antecipada é concedida, mas sobre o valor do benefício incide um desconto significativo. Na Espanha, por exemplo, a aposentadoria integral só é concedida aos 65 anos, para homens e mulheres. Os antigos membros do sistema que quiserem se aposentar antes, por exemplo, aos 60 anos, receberão um benefício com 40% de desconto, enquanto que no Brasil, o fator previdenciário é igual a 1,04 para homens e 1,18 para mulheres aos 60 anos.

Pode-se argumentar que o fator previdenciário é móvel e, portanto, quando a expectativa de vida aumentar, o fator irá diminuir. O problema é que o aumento na expectativa de vida produz uma redução muito pequena no fator previdenciário.

Por isso, seria importante que a idéia de um limite de idade para aposentadoria por tempo de contribuição fosse discutida pelo governo. Enquanto isso não acontece, tal idéia será considerada no nesse trabalho apenas como forma de comparação de resultados.

3.2.2.2. Aposentadoria precoce das mulheres

O direito a aposentadoria precoce concedido às mulheres é justificado como sendo uma forma de compensação pelo fato de mulheres ficarem cinco anos fora do mercado de trabalho por causa dos filhos.

Aqui, duas coisas devem ser levadas em consideração. Primeiro, em vários países, essa diferenciação vem sendo eliminada e segundo, no Brasil o efeito dessa diferenciação é muito pior que em outros países, já que o déficit público

médio entre 1999 e 2003 foi de 5% do PIB, enquanto alguns países possuem déficit de 1% ou 2% do PIB. Tal efeito ainda fica pior, pois aqui a aposentadoria precoce das mulheres é combinada com a ausência de idade mínima e com a possibilidade de concessão de ATC.

Além disso, as mulheres vivem mais que os homens, o que vai em direção contrária à concessão de aposentadoria precoce para elas, o que nos leva a pensar se tal benefício não deveria ser discutido pelo governo.

Nessa dissertação, por causa da forma como os dados estão agregados, a diferenciação entre homens e mulheres será mantida.

3.2.2.3. Aposentadoria precoce dos professores

Na Previdência Social, os professores podem se aposentar por tempo de contribuição cinco anos antes que o resto dos segurados. Esse benefício é cumulativo no caso das mulheres, ou seja, as professoras podem se aposentar cinco anos antes por serem mulheres e ganham um bônus de mais cinco anos por serem professoras, resultando em dez anos de bônus na aposentadoria.

Em Brasil [4] o autor afirma que essa aposentadoria especial para os professores não se justifica, já que a atividade de lecionar não é nociva à saúde e nem reduz a expectativa de vida de quem o faz. Isso parece ser mais uma forma que o governo encontro de ‘recompensar’ os professores pelos baixos salários.

3.2.2.4. Vinculação com o salário mínimo

Como visto anteriormente, a aumento real do salário mínimo (SM) foi uma das causas do aumento dos gastos da Previdência Social.

Os aposentados reivindicam que devem ser protegidos da inflação, mas isso, não necessariamente, significa ter aumentos reais no valor do benefício.

Mas o aumento do piso previdenciário não atende aos objetivos básicos das políticas públicas: diminuir a desigualdade, reduzir a pobreza, aumentar a capacidade de crescimento futuro e contribuir para atenuar o problema da violência.

Aumentar o piso não tira recursos de quem tem mais para dar a quem tem menos. Isso também não reduz a pobreza extrema, já que este problema não está localizado entre os aposentados. Além disso, a alta concentração de recursos para pagamento de aposentadorias e pensões não contribui com o crescimento da economia no futuro, já que este crescimento futuro dependerá das pessoas que estarão no mercado de trabalho no futuro. E, obviamente, não reduz a violência, já que não são os idosos que aumentam as estatísticas de crime nas grandes cidades.

Aqui, será incluído o aumento do salário mínimo de acordo com a nova regra trazida pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3.2.2.5. Assistencialismo como conta em aberto

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garante o direito a um benefício de um salário mínimo a deficientes e idosos com mais de 67 anos e renda per capita inferior a 25% do salário mínimo, mesmo que essas pessoas nunca tenham contribuído para a previdência.

Um dos problemas trazidos por esse programa é o incentivo a informalidade das relações de trabalho, pois um indivíduo que ganhe, aproximadamente, um SM não teria incentivo para se filiar à Previdência Social, já que receberá o mesmo valor sem precisar contribuir.

Outro problema é o rápido crescimento dos benefícios assistenciais. Esses benefícios pressionam os gastos do governo de forma significativa. Para se fazer uma comparação, o contingente de indivíduos que recebem benefícios assistenciais aumentou 7% entre 1995 e 2003, enquanto o contingente de indivíduos que recebem benefícios previdenciários, ou seja, que contribuíram para a Previdência Social, aumentou 3,3%.